

A Curricularização da Extensão: um conhecimento necessário para o cotidiano universitário

com Helder Eterno da Silveira

The Curricularization of Extension: a necessary knowledge for the university routine

with interviewee name Helder Eterno da Silveira

Helder Eterno da Silveira¹

Francilda Alcantara Mendes²

Retrata a extensão como promotora da ligação entre o ensino superior e os seus saberes técnicos aos saberes presentes na sociedade e seus diversos setores. Destaca a importância da extensão na formação acadêmica, trazendo aspectos sociais, para a ciência, tecnologias, artes e filosofia. Expõe a inserção da extensão no currículo como um método de promover a extensão dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), um meio de integralizar os pilares indissociáveis das universidades (pesquisa, ensino e extensão), preceitos constitucionais das finalidades do ensino superior. Apresenta como desafiador o processo da curricularização, retratando-o como uma mudança de paradigma que já foi pautado na relação professor-aluno-conhecimento, agora retratado como professor-aluno-conhecimento-comunidade. Descreve a experiência como presidente do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras



¹ Pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Presidente do Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiras. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em História da Ciência e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa (UNL). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialização em Educação Para Ciência pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduação em Licenciatura Bacharelado Química pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: helder.silveira@ufu.br

² Conselho Editorial da Revista EntreAções: diálogos em extensão. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Cariri. E-mail: francilda.mendes@ufca.edu.br

(FORPROEX), como desafiadora, pois para além de uma execução prática, existe uma construção teórica e conceitual acerca da extensão. Conclui descrevendo metodologias estratégicas para curricularização da extensão no Brasil.

O professor Doutor Helder Eterno da Silveira, é professor Associado e está como Pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Presidente do Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiras.

Palavras-chave: Extensão universitária; universidades brasileiras; Curricularização da Extensão.

Revista EntreAções: Na sua perspectiva, qual o papel da Extensão nas Universidades Brasileiras no contexto contemporâneo?

Helder: A extensão integra a função do ensino superior em promover o desenvolvimento profissional articulando a ciência aos saberes presentes em outros setores da sociedade. Nesse sentido, o fazer extensão é uma forma de significar o papel do ensino superior no contexto do território e na promoção de uma formação capaz de ser complexificada por meio dos saberes presentes em vários contextos. Deste modo, trata-se de uma dimensão formativa capaz de impulsionar a indissociabilidade, além de operacionalizá-la. A extensão, nas universidades brasileiras, faz com que a formação praticada nos espaços da academia tenha responsabilidade social e sentido ético de se responsabilizar com a transformação social enquanto promove os(as) pessoas que atuarão nesse mundo modificado científica, artística e tecnologicamente.

Aprofundando essa reflexão, há de se considerar que se trata de uma dimensão, sem a qual, não existe universidade. Doutro modo, correremos o risco de elitizarmos o ensino superior e privilegiarmos um conhecimento desconexo com a realidade local dos territórios onde nossas instituições estão inseridas. A extensão rompe com o isolamento da universidade, supera o sentido restrito do conhecimento científico e traz responsabilidade ética para com aquilo que realizamos no interior das instituições. A ciência, a tecnologia, as artes e a filosofia, pautadas pela extensão, possuem compromisso social com as pessoas que financiam o conhecimento e impulsionam novas formas de percepção da realidade e de produção de saberes.

Ao promover a extensão em nossas instituições, promovemos um novo conhecimento capaz de desenvolver profissionais sensíveis às demandas sociais, ao desenvolvimento ambiental, à valorização da multiculturalidade presente nos distintos espaços territoriais, aos direitos fundamentais da população, garantidos pela Constituição Federal, à promoção de políticas sociais e à articulação da profissionalização com outros sujeitos sociais. Portanto, a extensão no ensino superior é uma dimensão formativa capaz de provocar mudanças tanto internas quanto externas às nossas instituições.

De modo ainda mais específico, a promoção da extensão é o sentido da própria vida universitária, desde que esteja articulada ao ensino e à pesquisa, pois integra saberes não presentes no currículo formal do ensino superior e promove novas abordagens metodológicas, cujo controle pedagógico se impõe no ritmo da própria sociedade que se dialoga. Nesse sentido, a extensão torna nossos projetos pedagógicos mais complexos e completos, fazendo-os imprevisíveis e dinâmicos naquilo que compõe a participação social e as formas de reconhecimento de novos saberes, pautados no conhecimento presente nos fazeres sociais e nas práticas de nossa população da qual, inclusive, a universidade faz parte.

Revista EntreAções: De que forma o senhor considera que a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação das universidades brasileiras representa um avanço para a valorização da extensão universitária no Brasil?

Helder: Por muito tempo pensou-se de que maneira a extensão poderia participar do processo de formação profissional. A inserção curricular da extensão foi, em alguma medida, o mecanismo mais eficiente de promover a universalização da oferta da extensão. Por óbvio, como dimensão constitucional, a extensão deve, igualmente ao ensino e à pesquisa, compor o fundamento da oferta dos serviços prestados em nossas instituições. Se a extensão, o ensino e a pesquisa não estiverem universalizados, não há como atendermos aos preceitos constitucionais e respondermos os princípios e as finalidades do ensino superior.

Nesse sentido, a oferta da extensão, fora do currículo, ainda que exista há várias décadas, não consegue induzir a sua universalização. Em recente levantamento, o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) observou que cerca de 20% dos estudantes desenvolvem extensão nas instituições. Nem de perto isso representa a universalização da extensão e o cumprimento dos preceitos constitucionais.

Foi necessário que as legislações brasileiras – os planos nacionais de educação e as diretrizes nacionais da extensão – previssem a inserção da extensão nos projetos pedagógicos. Tarefa nada fácil, pois a extensão é a porção flexível da ação acadêmica. Ela não se engessa no currículo da mesma forma que as disciplinas ali inseridas, mas, ao mesmo tempo, a oferta deve ser garantida no período em que os estudantes optaram por realizar seus estudos. O desafio não é pequeno, pois a extensão nos projetos pedagógicos fez com que manejassemos o currículo a partir de saberes pedagógicos complexos, pouco usuais em nossas instituições.

Tal desafio provocou uma revolução em nossas instituições: construir um novo projeto de desenvolvimento profissional! Não se trata de fazer a inserção de um componente curricular apenas, mais do que isso, trata-se de uma mudança de paradigma capaz de flexibilizar o currículo e trazer novo eixo pedagógico não mais pautado na relação professor-aluno-conhecimento, mas em um eixo inovador que se volte para a relação professor-aluno-conhecimento-comunidade. Eis o desafio que se colocou com a inserção curricular da extensão. Fazer isso gerou desconfortos institucionais, mobilizou novas formas de abordagem dos conteúdos, promoveu debates sobre a função da própria instituição, além de fazer emergir nossos conhecimentos sobre currículo.

A inserção da extensão nos projetos pedagógicos foi revolucionária e transgressora, pois o currículo, cuja execução privilegia um lugar, um *modus operandi*, passou a se movimentar, também, noutros locais, noutras formas de fazer e de gerar saberes e noutros mecanismos de

avaliação e acompanhamento do ensino e da aprendizagem. Não por menos, esse processo tem sido, de certa forma, difícil e até doloroso para muitos de nossas colegas e para várias instituições. Questionamentos sobre a necessidade da extensão tem sido uma pauta permanente em várias universidades, não por desconsiderar sua importância, mas pela dificuldade de fazer isso em um currículo, muitas vezes, imóvel, intocável e, por vezes, inflexível.

Nossas instituições tiveram que se reinventar, rever seus valores pedagógicos e se abrir a um debate pouco convencional em nossas instituições: a entrada da comunidade no currículo. A inserção curricular da extensão é a inserção curricular de outros setores da sociedade no currículo e, ao mesmo tempo, a emergência do sentido comunitário no próprio projeto pedagógico. Isso, sem dúvida, é revolucionário, pois, nós, docentes universitários somos formados para atuarmos num local que se vê, por vezes, distante do complexo mundo dos territórios e da comunidade. De repente, a extensão nos lança para esse mundo e para o diálogo com essa comunidade, fazendo com que nossos parâmetros de abordagem dos saberes se modifiquem e se tornem mais complexos e socialmente relevantes.

Revista EntreAções: A partir da sua experiência na presidência do Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiras quais os principais desafios para a inserção da extensão nos currículos dos cursos da graduação?

Helder: Ainda são muitos os desafios quando falamos da inserção curricular da extensão. Não se trata apenas de um conceito e, sim, de uma operação. Se de um lado somente é possível promover a inserção curricular se compreendemos o que é extensão, por outro, a inserção da extensão faz emergir novas formas de abordar os conteúdos. Isso traz à tona o debate da formação do docente universitário. Será que estamos preparados para manejar o currículo? Qual a formação que nós, docentes universitários, recebemos para atuarmos no ensino superior?

Desenvolver essa reflexão não é simples, pois implica em pensar os mecanismos da formação do magistério superior. Isso se dá, ou deveria se dar, nos programas de pós-graduação. Porém, se assim consideramos, tais programas voltam-se para a constituição do pesquisador, não do professor. Todavia, adquirir elementos para a atuação na pesquisa não garante que consigamos atuar, também, na docência, que exige saberes específicos relacionados ao campo pedagógico de avaliação, de reconhecimento de mecanismos de ensino e da percepção dos modos de aprendizagem.

Talvez este seja um grande desafio: a pós-graduação promove ações formativas que alcançam novos modelos de atuação profissional ou se restringem a promover o pesquisador? A docência se faz pelo exercício intencional da pedagogia no ensino superior, implicando em uma atuação capaz de problematizar a atuação no magistério superior e o reconhecimento de que apenas saber muito não significa saber fazer o ensino daquilo que se sabe.

Ainda, como um grande desafio a ser superado, não se pode considerar que a extensão é a porção social do currículo, ou seja, não se trata de fazer uma ação social e chamá-la de extensão. Para além disso, a extensão é dimensão constitucional formativa, em que nossas ações de construção dos conteúdos se darão nos territórios e a partir deles. Isso implica que a extensão é um modo estratégico de abordar os conteúdos e relacioná-los a outros saberes e a outros fazeres sociais, sem que um se imponha ao outros.

Como grande desafio, o processo de induzir e construir a autonomia dos estudantes em direção ao diálogo com a comunidade é um desafio que irrita algumas instituições, pois faz com que tenhamos que sair de nosso *status* de donos do conhecimento e detentores das verdades, em direção à produção e à ressignificação desses saberes junto à população. O desafio do diálogo é o desafio da extensão que, por sua vez, desafia o currículo.

Não menos importante, o desafio orçamentário está colocado como um dos principais entraves ao sucesso da inserção curricular, pois não se faz

currículo com intenção, tampouco com boa vontade. O currículo, como percurso formativo, faz-se com orçamento, com conhecimento pedagógico e com estratégias bem delineadas. Nesse sentido, se as instituições não forem devidamente orçamentadas, a inserção curricular da extensão tornar-se-á um dilema mal resolvido. Isso pode significar um descumprimento da Constituição Federal que, há mais de trinta anos, previu a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para além dessas questões, temos outro desafio: incentivar nossa comunidade a fazer extensão nos territórios. Como dito anteriormente, nosso fazer pedagógico tem forte assento na sala de aula. Mas, de que aula estamos falando? Qual metodologia iremos abordar? Como conversar com pessoas e grupos que, aparentemente, sabem “menos” que nossas instituições. Esse desafio precisa ser superado, com urgência, pois diz das concepções que temos sobre sociedade, sobre universidade e sobre conhecimento. Nossos saberes, ainda que promovam o desenvolvimento social, sozinhos não são suficientes, tampouco representam o que seja a própria sociedade. É preciso ir além e reconhecer que a ciência é uma forma de compreensão da sociedade, mas que essa compreensão está limitada ao discurso científico que deve se envolver com outras práticas discursivas sobre a própria sociedade.

Revista EntreAções: Como o senhor considera que a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação impactará na formação dos estudantes e na atuação dos docentes nas Instituições de Ensino Superior do Brasil?

Helder: A formação de nossos estudantes, no Brasil, tem uma característica muito técnica e, por vezes, tecnicista. O que quero dizer com isso? Não podemos entender que o conhecimento científico se faz dentro de um lugar ou a partir de um único modo de pensar. Nossos estudantes têm o direito de se desenvolverem integralmente em nossas universidades. Isso significa que não basta ter acesso ao saber acadêmico e aos fazeres técnicos de uma área do conhecimento.

A atuação de nossas universidades é complexa e tem no projeto pedagógico suas intencionalidades. Ou seja, o que estamos oferecendo nos nossos currículos? A profissionalização dá-se quando nossos estudantes têm acesso à construção de autonomia por meio do envolvimento com os saberes científicos, éticos, estéticos, legais, políticos, investigativos, práticos, cidadãos e relacionais.

Pormenorizando melhor essa questão, há de se considerar que o projeto pedagógico é a reunião de um conjunto de estratégias por meio da oferta de componentes curriculares que se traduzem em disciplinas, estágios, práticas, atividades complementares, pesquisas e ações extensionistas. Qualquer projeto pedagógico mobiliza-se por meio desses componentes curriculares. Não se trata apenas de pensar as disciplinas, atitude muito comum em nossas compreensões curriculares. Poderíamos, inclusive, desenvolver um currículo sem disciplinas, pautado apenas no desenvolvimento de projetos e na construção de novas estratégias de abordagem da ciência que não ocorra, necessariamente, na preleção de nossas “aulas”.

Dito de outro modo, o projeto pedagógico, composto por diferentes oportunidades de formação, deve considerar que a disciplina (como componente curricular) não é a única abordagem possível. Ao se oferecer novos mecanismos de abordar os saberes - seja no estágio, seja nas atividades de extensão, dentre outras - permite-se que o currículo seja movimentado e problematizado pedagogicamente. Deste modo, ao se inserir a extensão, não estamos colocando uma nova disciplina que se pautem em uma forma consagrada de abordar o conhecimento. Trata-se de oferecer novo valor formativo que possibilite a construção de saberes cidadãos.

Tais saberes, fazem com que nossos estudantes tenham a oportunidade de desenvolver sensibilidade social, percepção da realidade, consciência de classe, compromisso ambiental, capacidade de relacionar saberes, valorização cultural, além do reconhecimento de que os saberes científicos e tecnológicos devem ter assento na sociedade e, com ela, se

comprometer. A extensão, portanto, não é uma pauta isolada no currículo; pois ela, conjuntamente às demais perspectivas curriculares, é a própria dimensão pedagógica.

Nesse sentido, a inserção da extensão traz à tona um modo de construir os conhecimentos interfaceados com o lugar de onde eles vêm e implicados com o desenvolvimento dos territórios. Isso pode ser entendido como uma formação cidadã relacional, ou seja, uma formação cujo compromisso seja não apenas com o saber em si, mas com os modos e impactos que esse saber gera na comunidade e, com ela, se modifica. Essa é a principal função da extensão: agir como principal mecanismo de provocar a cidadania, promover a colegialidade, a coletividade, o senso crítico e a percepção cultural dos saberes. Sem essa abordagem extensionista, corremos o risco de nosso currículo ser técnico e, pior, tecnicista, cujo acesso ao conhecimento pode não gerar engajamento social e compromisso com o melhoramento da qualidade de vida das pessoas e do meio onde estamos.

Revista EntreAções: Quais as metodologias e estratégias de ensino o senhor considera serem mais adequadas para a realização da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação das IES brasileiras?

Helder: Primeiro é importante considerar que a inserção da extensão é um novo fazer pedagógico, uma nova “aula”. Não se trata da aula que estamos habituados e, sim, de uma aula que se faz no território e com as pessoas que estão nesse lugar. Falar de extensão é fazer de metodologia de projeto uma ação intencional cuja convivialidade da comunidade acadêmica e da comunidade externa à academia é um imperativo. As estratégias, portanto, devem reconhecer que se trata de promover a formação de nossos profissionais capazes de se comprometerem com a educação popular, com a transferência de tecnologia, com o empreendedorismo social, com o compromisso de democratizar os saberes e com a valorização cultural.

Isso posto, devemos tratar as metodologias da extensão como ações ativas, execução de projetos de interação, aula nos territórios, abertura dos espaços acadêmicos e salas invertidas. Nessa direção, o protagonismo do discente ganha destaque na extensão, pois o que se quer é um estudante capaz de atuar nos territórios e com ele se comprometer. Mas, para isso, é necessário que a universidade organize as ações de extensão em níveis crescentes de complexidade e de envolvimento do estudante nesses territórios, a fim de auxiliá-los a participar de ações voltadas para o desenvolvimento social.

A extensão, portanto, trata-se de uma atuação a partir do conhecimento territorial, ou seja, qualquer atividade que se queira desenhar precisa, obrigatoriamente, pautar-se no conhecimento da realidade, por meio da investigação daquele local, do conhecimento de suas condições operativas e da valorização dos saberes presentes nele. Nesse sentido, a estratégia de a extensão se constituir na universidade é que ela tenha atitude investigativa durante todo o processo. Não é uma atividade de assistência, pelo contrário, ela implica em conhecimento da realidade e produção de novos saberes sobre ela. A partir disso é que se pode propor ações voltadas ao diálogo, à interação, à integração de saberes e à produção de novos conhecimentos.

A extensão é a operacionalizadora da indissociabilidade, ou seja, por ela podemos promover ações acadêmicas que se construam na relação formativa ensino-pesquisa-extensão, de modo a levar nossos estudantes a organizar cursos, eventos, oficinas, momentos dialógicos, reuniões, ações de escuta, levantamento de demandas e atividades de intervenção capazes de gerar o compartilhamento e a produção de saberes. Sem dúvidas, a extensão é a dimensão que faltava ao currículo, pois sua metodologia ativa permite que tenhamos uma nova universidade e um novo paradigma de ensino superior, pautados na relação com o outro e no sentido comunitário de sermos instituições de ensino.

Entrevistado: Pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Presidente do Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiras. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em História da Ciência e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa (UNL). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialização em Educação Para Ciência pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduação em Licenciatura Bacharelado Química pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Lead: It portrays extension as a promoter of the connection between higher education and its technical knowledge to the knowledge present in society and its various sectors. It highlights the importance of extension in academic training, bringing social aspects to science, technologies, arts and philosophy. It exposes the inclusion of extension in the curriculum as a method of promoting extension within Higher Education Institutions (HEIs), a means of integrating the inseparable pillars of universities (research, teaching and extension), constitutional precepts of the purposes of higher education. It presents the process of curricularization as challenging, portraying it as a paradigm shift that was once based on the teacher-student-knowledge relationship, is now portrayed as teacher-student-knowledge-community. He describes the experience as president of the Forum of Pro-Rectors of Extension of Brazilian Public Institutions of Higher Education (FORPROEX), as challenging, because in addition to practical execution, there is a theoretical and conceptual construction about extension. It concludes by describing strategic methodologies for curricularizing extension in Brazil.

Keyword: University Extension; Brazilian universities; Extension curriculum.

Trabalho submetido em: 13 set. 2023.

Aceito em: 13 set. 2023.

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

Av. Tenente Raimundo Rocha nº 1639
Bairro Cidade Universitária - Juazeiro do
Norte - Ceará - CEP 63048-080

ufca.edu.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

entreações
diálogos em extensão

proex.ufca.edu.br

periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes

+55 (88) 3221-9286

e-ISSN 2675-5335